



**FINALIDADE DA ESCOLA RURAL PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL
DO ALUNO**

**BELO HORIZONTE
2013**

ADAILTON FERREIRA SALES

**FINALIDADE DA ESCOLA RURAL PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL
DO ALUNO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Grazielle Mariano Batista Maia

BELO HORIZONTE

2013

ADAILTON FERREIRA SALES

FINALIDADE DA ESCOLA RURAL PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL DO ALUNO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar:

Prof. Grazielle Mariano Batista Maia (orientadora) – UFMG

Prof. Dr. Fernando Fidalgo – UFMG

Belo Horizonte, 19 de julho de 2013

RESUMO

Esta é uma pesquisa sobre a finalidade da escola rural para a formação integral do aluno, utilizando como eixo condutor de investigação a fundamentação teórica, nas vozes de renomados autores que associam diversas teorias da gestão à educação. O principal objetivo foi discutir a análise do processo de formação do Projeto Político Pedagógico e identificar a finalidade da Escola Rural, para tal procurou-se: desenvolver breve histórico da escola rural no Brasil, apresentando seu desenvolvimento até a atualidade; estabelecer paralelo entre a escola rural e a urbana com intuito de demonstrar que os currículos de ambas não podem ser idênticos; identificar criticamente, na legislação atual, quais direitos ainda são relegados aos alunos do campo. O universo pesquisado foi o das escolas rurais no Brasil e da E. M. João Batista Romão, do Distrito Chapadão de Ferro em Patrocínio-MG. Adotada a metodologia de revisão bibliográfica, acredita-se ter revisado um conhecimento que favoreça aproximações com questões dinâmicas relacionadas ao mundo da gestão escolar voltada para a educação no campo. Consolidou-se que para que a escola mencionada atinja sua finalidade esta precisa de adequação tanto no calendário quanto no currículo.

Palavras Chave: Finalidade da Escola Rural. Formação Integral do Aluno. Projeto Político Pedagógico.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
1.1 Apresentação e contextualização do objeto de pesquisa	5
1.2 Justificativa.....	5
1.3 Objetivos.....	6
1.3.1 Objetivo geral	6
1.3.2 Objetivos específicos.....	6
2 A ESCOLA RURAL NO BRASIL.....	7
2.1 A finalidade da escola rural na atualidade.....	9
3 A FINALIDADE DA ESCOLA CONTEMPLADA NO PPP DA E. M. JOÃO BATISTA ROMÃO.....	11
3.1 Ajustando o calendário e o currículo para atingir a finalidade da escola.....	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS	13
REFERÊNCIAS	14
ANEXO:	17

1 INTRODUÇÃO

Ao percorrer a história da escola rural no Brasil é possível perceber que ela, por muito tempo esteve limitada e cheia de improvisos, sendo considerada por muitos como mero local de alfabetização com características próprias, locadas em estabelecimentos de pequeno porte, muitas vezes improvisados (FURTADO, 2004). Nos dizeres de Soares (2007), compostas de classes multisseriadas a cargo de professoras leigas ou com tempo de formação menor que as das escolas urbanas.

Em análise ao Censo de 2002, Furtado (2004) observara que 64% das escolas rurais que ofereciam o ensino fundamental nos anos iniciais apresentavam turmas exclusivamente multisseriadas com atendimento em todo o país de 1.751.201 alunos com aproximadamente 27 alunos por turma por um único professor que ministrava os conteúdos de todas as séries dos anos iniciais.

Entretanto, com surgimento de políticas públicas voltadas para educação no campo é possível perceber significativos avanços em relação a este cenário que por muitas décadas perdurou no Brasil. Neste sentido, Baptisca (2003) considera que os problemas da escola rural não são apenas aqueles de infraestrutura física, mas a grande necessidade de debater o papel político da escola na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e incluyente.

Desta forma, a construção do Projeto Político Pedagógico aparece como elemento de fundamental importância na materialização destes debates, uma vez que sua elaboração é fruto da participação democrática de toda a comunidade escolar.

1.1 Apresentação e contextualização do objeto de pesquisa

O presente estudo é descritivo e inclui revisão de literatura sobre a história e avanços da educação no meio rural no Brasil, buscando identificar qual a finalidade da escola rural e qual a importância do Projeto Político Pedagógico para que a escola atinja seus objetivos tendo como foco a Escola Municipal João Batista Romão, localizada no Distrito Chapadão de Ferro em Patrocínio-MG.

1.2 Justificativa

A educação no Brasil tem sido tema de fortes e constantes discussões, pois, acredita-se que somente através dela é que as pessoas encontrarão o amadurecimento necessário para a conquista definitiva da cidadania, sendo a igualdade de direitos e oportunidades a viga mestra que sustenta o conceito de cidadão. Desenvolver uma escola que possibilite esta igualdade em todos os lugares e regiões em um país tão grande quanto é o Brasil não é tarefa fácil.

Desta forma, o presente estudo se justifica ao tentar demonstrar a finalidade da Escola Municipal João Batista Romão, localizada no distrito Chapadão de Ferro em Patrocínio-MG. No entendimento que nenhum lugar neste vasto território deve ser largado em condições inferiores por estar longe dos grandes centros, pelo contrário, a escola rural deve desenvolver tanto o saber acadêmico quanto atender as necessidades de aperfeiçoamento de sua vocação voltada para o trabalho predominante do local.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Demonstrar que a escola rural, quando os saberes estão contextualizados conforme a cultura onde se localiza e o calendário ajustado conforme a vocação local, consegue atingir seus fins, ou seja, a formação científica, ética e cidadã de seus alunos.

1.3.2 Objetivos específicos

- Desenvolver breve histórico da escola rural no Brasil, procurando apresentar seu desenvolvimento até a atualidade;
- Identificar, criticamente, qual a finalidade da escola rural;
- Estabelecer paralelo entre a escola rural e a urbana no que se refere à finalidade das mesmas;
- Apresentar o Projeto Político Pedagógico como ferramenta indispensável na construção de uma escola democrática, participativa e voltada para os reais princípios da educação.

2 A ESCOLA RURAL NO BRASIL

Ao tentar resgatar o histórico da educação rural no Brasil é possível afirmar que este modelo de educação estruturado em locais improvisados e cheio de limitações, reflete um forte e conturbado processo histórico, social, econômico e cultural que está interligado com diversos interesses que não são unicamente educacionais (SOARES, 2007). Necessitando, de profunda análise crítica para se perceber qual tem sido a finalidade desta escola ao longo de sua existência.

Neste sentido, percebe-se que, a educação rural no Brasil sempre esteve atrelada à evolução das estruturas da sociedade agrária em função das necessidades desta sociedade (CALAZANS, 1979). Para a autora, os investimentos, antes pequenos e tímidos, no século XIX, somente passam a expressar algum significado a partir da década de 1930, sendo que apenas nas décadas de 1950 e 1960 é que começam a surgir políticas mais eficazes sobre educação rural no país.

Com um dos trabalhos mais abrangentes sobre educação rural, Leite (1999) considera que, por muito tempo, a educação rural no Brasil foi relegada a planos inferiores tendo por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária.

Como início do processo educacional rural no Brasil Soares (2007, p. 18) considera que:

O modelo brasileiro de educação rural apresenta uma série de elementos os quais aparecem na legislação, nas instituições pedagógicas, no currículo e mesmo nas recomendações dos organismos internacionais, que possibilitam traçar um esboço da educação rural brasileira a partir de meados de 1920.

Assim, entre as décadas de 10 e 20 do século XX começa haver intenso movimento migratório de pessoas do campo para as cidades em busca de melhores condições de vida, atraídos pela industrialização. Em contra partida, a sociedade começa a despertar para necessidade da educação rural, dando origem ao ruralismo pedagógico (BAPTISTA, 2003).

Para Baptista (2003), o crescimento das escolas rurais obedecendo ao padrão oficial caracterizou o ruralismo pedagógico que perdurou até a década de

1930 com proposta de escola rural integrada às condições locais e regionais objetivando a promoção da fixação do homem no campo.

Para Leite (1999) a implantação do Estado Novo, período ditatorial, imposto pelo Governo de Getúlio Vargas, que vai de 1937 até 1945, a escola rural ainda tem o objetivo de segurar o homem no campo, entretanto, surge, de forma explícita, o papel da educação como canal de difusão ideológica.

Desta forma, ao término da II Grande Guerra, foi criada a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR) que:

tinha por objetivo a implantação de projetos educacionais na zona rural e o desenvolvimento das comunidades rurais mediante a criação de Centros de Treinamento dirigidos a professores especializados; a realização de Semanas Ruralistas compostas de debates, seminários, encontros, dias de campo, entre outras atividades; e também a criação e implantação dos chamados Clubes Agrícolas e dos Conselhos Comunitários Rurais (SOARES, 2007, p.19).

Assim, o empreendimento educativo buscava produzir mudanças tanto nos conhecimentos quanto nas atitudes, visando atingir o desenvolvimento individual e social (FONSECA, 1985).

No período compreendido entre 1930 a 1960, a questão ruralista no Brasil, foi reacendida, com a educação rural vista como um dos fatores essenciais para a solução do problema da migração rural, fazendo surgir propostas como a que pretendia inserir uma escola única tanto para a cidade quanto para o meio rural e outra que visava desenvolver uma escola diferenciada para o campo com objetivos próprios (DUARTE, 1995, *apud* GUSSO e ALMEIDA, 2009).

Para Duarte, (*apud* GUSSO e ALMEIDA, 2009) a proposta da escola única considerava o êxodo rural como fenômeno comum, uma vez que, o modelo de civilização brasileiro buscava a industrialização. Já a proposta da escola diferenciada para o meio rural considerava a vocação agrícola do Brasil, como via natural de desenvolvimento, onde necessitariam de uma escola rural que se preocupasse fundamentalmente em fixar a população no campo.

Em 1961 foi promulgada a lei 4.024 que determina as primeiras diretrizes e bases para a educação nacional que dentre outras prerrogativas passa a estruturação da escola fundamental na zona rural para os municípios. No entanto, ao adentrar ao poder, em 1964, os militares inserem a extensão rural e sua ideologia

no campo, substituindo a professora do ensino formal pelo técnico e pela extensionista (LEITE, 1999).

Seguindo essa tendência as décadas de 1960 e 1970 foram momentos marcantes para educação rural no país.

Houve maior penetração do capital internacional na economia, resultando num crescimento das contradições do capital nacional-desenvolvimentista. Em consequência disso houve o crescimento do movimento operário e camponês, o surgimento de partidos de esquerda e de grupos e entidades que almejavam a transformação da estrutura da sociedade, bem como o comprometimento de alguns setores das Igrejas com as lutas sociais (QUEIROZ, 2011, p. 38).

Além disso, cresceu a difusão de experiências que viam na educação um dos instrumentos de conscientização política e social e participação transformadora das estruturas capitalistas presente na sociedade brasileira, período caracterizado por lutas pelas reformas de base; reformas eleitorais; tributária; agrárias; urbanas e universitária, não obstante, a forte repressão a estes movimentos pela ditadura militar (ARROYO, 2004).

Na década de 1980, Gohn (2001) ressalta a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) como movimento sindical que se opunha à prática conservadora e o Movimento Sem Terra (MST) como movimento que luta pela reforma agrária que vem contribuindo para maior reflexão e prática de educação do campo.

Queiroz (2011) ao citar Gohn (2001) considera que no campo educacional os debates e as iniciativas sobre a educação para a cidadania e a escola cidadã, marcaram a década de 1980 e contribuíram para que se inscrevesse algumas conquistas dos trabalhadores na Carta Magna de 1988, entre as quais a proclamação da educação como direito.

2.1 A finalidade da escola rural na atualidade

O surgimento da Lei 9.394 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) deu um novo enfoque a educação como um todo que dentre outras prerrogativas instituiu em seu artigo 28 uma diferenciação quanto à oferta de educação básica para a população rural.

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, p. 9)

Ao comparar a escola rural com a escola urbana é possível notar que não obstante permaneça, ainda, ambas com profundas necessidades estruturais, no campo ideológico a realidade urbana se impõe sobre a realidade da escola rural (LEITE, 1999).

Para Soares (2007) essa falta de sintonia entre a organização curricular das escolas rurais e o meio socioambiental no qual estão inseridas incompatibiliza a funcionalidade da escola e seu meio, fruto da imposição de um modelo educativo que serve mais a cidade do que propriamente as zonas rurais.

Entretanto, é possível perceber que a educação no campo tem avançado nos espaços de pesquisa sobre a escola pública com intuito de se construir uma metodologia que consiga atender a esfera rural, dando ênfase às características de cada realidade (SAGGIOMO, AZEVEDO e MACHADO, 2012). Portanto, a educação básica do campo:

possui três características fundamentais: é um projeto político-pedagógico da sociedade civil que busca intervir nos fundamentos da educação brasileira. [...] é um projeto popular alternativo para o Brasil e um projeto popular de desenvolvimento para a realidade campesina. Tais projetos estão estritamente ligados ao projeto de construção de uma política pedagógica vinculada às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura dos povos do campo. (NASCIMENTO, 2009, p. 189).

Assim, o desenvolvimento do Brasil que deve fazer-se também através das escolas do campo, necessita de valores éticos e culturais que devem ser assumidos por todos, são compromissos básicos como a soberania; solidariedade; desenvolvimento; sustentabilidade; segurança alimentar; cidadania, dentre outros.

Fernandes (2002) considera que a finalidade da escola rural está ligada à defesa do direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive de acordo com sua realidade. Para o Fernandes (2002, p. 58), “quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não lugar”. Isso acontece com a população do campo quando pensa o

seu próprio mundo a partir da cidade, o que leva o indivíduo ao estranhamento de si mesmo dificultando a construção de sua identidade que é condição para a formação cultural.

Nascimento (2009) enumera cinco princípios básicos que mostram a finalidade da escola e a sua transformação: o primeiro refere-se ao compromisso ético/moral com a pessoa humana, com a intervenção social, o compromisso com a cultura no seu resgate, na sua conservação e na sua recriação, tendo como eixo a educação dos valores baseada na educação para autonomia cultural; o segundo princípio refere-se à gestão da escola como espaço público e comunitário, ou seja, a democratização do espaço escolar; o terceiro cita a abordagem da pedagogia escolar, onde a educação popular deve se inserir no cotidiano escolar e no processo de ensino-aprendizagem; o quarto princípio relaciona-se aos currículos escolares que devem se adequar no movimento da realidade que o cerca; e o quinto e último princípio, a real transformação dos educadores e educadoras das escolas do campo.

3 A FINALIDADE DA ESCOLA CONTEMPLADA NO PPP DA E. M. JOÃO BATISTA ROMÃO

Todo Projeto Político Pedagógico deve traduzir a concepção e a organização do trabalho pedagógico de uma determinada escola para que esta cumpra suas finalidades. Ele deve vincular-se a um projeto histórico de sociedade, ou seja, está relacionado com a sociedade que se deseja construir ou transformar (GADOTTI, 1994).

Para Machado (2009, p. 200)

O Projeto Político-Pedagógico constitui-se em instrumento de ação político-pedagógica na medida em possibilita a manifestação dos desejos e aspirações da comunidade em termos da educação das crianças e jovens, e norteia todo o processo educativo desencadeado pela escola. Nesse sentido, não pode ser visto apenas como produto ou resultado de um trabalho de definição de finalidades e linhas de ação.

Desta forma, conforme assevera Veiga (2002, p. 13) o PPP é “processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade”. Não se resumindo em

documento escrito que “formaliza as concepções, objetivos, conteúdos, metodologia de trabalho e sistemática de avaliação de uma escola” (MACHADO, 2009, p. 200).

Ao se observar as diretrizes operacionais para educação no campo, além de observar as propostas pedagógicas que devem ser elaboradas no âmbito da autonomia da escola rural contemplando a diversidade do campo nos aspectos “sociais, culturais, econômicos, de gênero, geração e etnia” Machado (2009, p. 187), considera que a flexibilização dos tempos e espaços escolares deve ser assegurada e cita como exemplo, a fixação de calendário escolar independente do ano civil com intuito de atender às necessidades locais, principalmente no que se refere ao período de plantio e colheita.

3.1 Ajustando o calendário e o currículo para atingir a finalidade da escola

A base da economia na região do cerrado mineiro em especial no município de Patrocínio é a cultura do café que foi introduzida na região com a política de modernização da cafeicultura brasileira, iniciada em 1969, que após forte geadas no norte do Paraná e oeste de São Paulo migrou para a região do cerrado mineiro (ORTEGA, 2005). Assim, a grande maioria dos trabalhadores residentes no distrito de Chapadão de Ferro e ainda trabalhadores temporários que migram para lá durante o período da colheita trazendo seus filhos em idade escolar, vivem dos serviços oriundos da colheita do café que segundo Ortega, Jesus e Mouro (2009, p. 69) “inicia-se em maio e termina em setembro”.

A escola João Batista Romão recebe alunos pertencentes a esta população sazonal durante a época da colheita do café. Esses alunos apresentam grande dificuldade de prosseguir seus estudos devido às constantes mudanças e também a não estruturação do calendário escolar conforme a colheita do café que acompanha o único calendário estabelecido para todo o município de Patrocínio, tanto para as escolas urbanas quanto às rurais.

Desta forma, a previsão no Projeto Político Pedagógico da reestruturação do calendário escolar seguindo o que preceitua o artigo 28 da LDB em seu segundo parágrafo “organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas” constitui-se como ação de fundamental importância no aspecto de gestão da escola para que esta atinja sua finalidade, amplamente discutida até aqui.

Historicamente as escolas do campo foram construídas e idealizadas conforme o modelo de educação existente na cidade, desconsiderando as especificidades sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais do mundo rural. (CALDART, 2002). Desse modo, Antônio e Lucini (2007) consideram que a organização do currículo das escolas do campo se dá de forma vertical e fragmentada, sem a preocupação com o aprofundamento do saber escolar e sem a articulação com os saberes sociais produzidos pelos alunos, contrariando o que preceitua a lei.

Nesse caso, segundo Veiga (1995, p. 79) “Os conhecimentos transmitidos são concepções abstratas, autônomas, independentes da realidade sócioeconômica e política, tidos como universal. O ensino das diferentes disciplinas resume-se em dar o programa, em cumprir as determinações provenientes de órgãos como tais, como secretarias da educação, delegacias de ensino”, em detrimento da tarefa de habilitar o aluno a integrar ao contexto sociocultural do campo, desenvolvendo um olhar crítico acerca dessa realidade.

A construção de propostas curriculares distanciada da realidade sociocultural dos camponeses contribui para que “muitas pessoas passam a negar sua própria condição camponesa, influenciadas pela ideologia do campo como elemento de atraso sócio-cultural e econômico” (MACHADO, 2009, p. 194).

Diante de tal contexto, para que a Escola Municipal João Batista Romão atinja sua finalidade esta deverá repensar tanto seu calendário no ajustamento à colheita do café quanto seu currículo, tornando-o mais democrático e aberto ao diálogo com os diferentes saberes produzidos para além dos contextos escolares e acadêmicos, possibilitando o encontro de saberes e a ressignificação das práticas educativas e suas finalidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca da finalidade da escola rural na estruturação do PPP da Escola Municipal João Romão de Melo possibilitou ao pesquisador inúmeras aprendizagens e entendimentos da dimensão do contexto no qual está inserida a escola rural no Brasil. A concepção de uma escola que possibilite a articulação entre o saber acadêmico e a vocação local com ajustes no calendário aos meses da colheita do café, talvez, sejam os pontos primordiais para a efetivação de sua finalidade.

Desta forma, acredita-se que, com esta investigação, tendo trazido as características da escola rural nas vozes de renomados autores, possa haver avanços, não apenas para um maior entendimento de aspectos que compõe e dimensionam a escola rural, mas, principalmente ter conseguido provocar nos sujeitos uma vontade e necessidade de se estabelecer mudanças. Mais do que isso, ter talvez contribuído para que a comunidade escolar se envolva na construção de uma nova escola que tenha por fim a transformação de sua realidade.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, C. A.; LUCINI, M. Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação. **Caderno CEDES**. vol.27, n.72, p. 177-195, 2007.

ARROYO, M. G. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BAPTISTA, F. M. C. **Educação Rural**: das experiências a política pública. NEAD/CNDRS/MDA. Brasília: Editorial Abaré, 2003.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 05 de junho de 2013

CALAZANS, M. J. C. **Estudo retrospectivo da educação rural no Brasil**. Rio de Janeiro: IESAE, 1979.

CALDART, R. S. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Orgs.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.

FERREIRA, R. G.; ORTEGA, A. C. Impactos da intensificação da mecanização da colheita de café nas microrregiões de Patos de Minas e Patrocínio-MG. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo - RS, v. 12, n. 23, p. 71-96, 2004. Disponível em: http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n23_2004_art4.pdf Acesso em 12 de junho de 2013.

FONSECA, M. T. L. **Extensão rural no Brasil**: um projeto educativo para o capital. São Paulo, Loyola, 1985.

GADOTTI, M. Pressupostos do projeto pedagógico. In: MEC, **Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos**. Brasília, 28/8 a 2/9/1994.

- GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e educação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001
- GUSSO, A. P.; ALMEIDA, J. N. de. Educação rural: evolução e desenvolvimento. Anais do I ENDICT – Anais do I ENDICT — Encontro de Divulgação Científica e Tecnológica Paraná UTFPR Campus Toledo 20 a 23 de Outubro de 2009. Disponível em: www.td.utfpr.edu.br. Acesso em: 08 de junho de 2013.
- FERNANDES, B. M. Diretrizes de uma caminhada. **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. v. 4, 89-101, 2002.
- FURTADO, E. D. P. **O estado da arte da educação rural no Brasil**. Fortaleza: FAO/UNESCO, 2004.
- KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural** - conceitos e aplicação ao caso brasileiro. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008. v. 1. 229 p.
- LEITE, S. C. **Escola Rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.
- MACHADO, I. F. **Um projeto político-pedagógico para a escola do campo**. 2009. Disponível em: http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq8/11_projeto_politico_cp8.pdf. Acesso em 12 de junho de 2013.
- NASCIMENTO, C. G. do. **Educação do campo e a teoria crítica em Gramsci**. 2009. Disponível em: http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq8/6_educacao_campo_cp8.pdf. Acesso em 07 de junho de 2013.
- ORTEGA, A. C. **Agronegócios e representação de interesses no Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. de. MOURO, M. de C. mecanização e emprego na cafeicultura do cerrado mineiro. **Revista ABET** vol. VIII — n. 2/2009. Disponível em: <http://www.abet-trabalho.org.br/docs/revista/revabet09v08n2.pdf> . Acesso em: 12 de junho de 2013.
- PASSADOR, C. S. **A Educação Rural no Brasil** - O caso da escola do campo no Paraná. 1.ed. São Paulo: Annablume, 2006. 200 p.
- QUEIROZ, J. B. P. de A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo. **Revista NERA**: Presidente Prudente, Ano 14, nº. 18 pp. 37-46 Jan-jun./2011. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/18/8_queiroz.pdf Acesso em: 07 de junho de 2013.
- SAGGIOMO, T. G.; AZEVEDO, M. S.; MACHADO, V. S. Desafios na realidade educativa do campo: uma abordagem de encontros e desencontros nas escolas do campo. **IX ANPESUL – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**. 2012.

SOARES, N. B. **Educação ambiental no meio rural**: estudo das práticas ambientais da Escola Dario Vitorino Chagas – Comunidade Rural Do Umbu - Cacequi/Rs. 89 f. (monografia) Curso de Especialização em Educação Ambiental Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <http://jararaca.ufsm.br/websites/unidadedeapoio/download/Nadiamono.pdf>. Acesso em 05 de junho de 2013.

VEIGA, I. P. A. (org) **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 14. edição Papyrus, 2002.

ANEXO:
Projeto Político Pedagógico ESCOLA MUNICIPAL “JOÃO BATISTA ROMÃO”



ESCOLA MUNICIPAL “JOÃO BATISTA ROMÃO”

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**ADAILTON FERREIRA SALES
KELLY CRISTINA FERREIRA GOMES MACHADO
VIVIANE ALVES FERREIRA BORGES**

PATROCÍNIO 2013

ESCOLA MUNICIPAL “JOÃO BATISTA ROMÃO”

TÍTULO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Priscila Rezende Moreira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

PATROCÍNIO 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA	08
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	09
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	09
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	13
3. CURRÍCULO.....	15
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	18
5. PROCESSOS DE DECISÃO	20
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	21
7. AVALIAÇÃO	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28
ANEXOS.....	30

INTRODUÇÃO

Identificação

NOME: Escola Municipal “João Batista Romão”

CÓDIGO DA ESCOLA NO INEP: 31199630

LOCALIZAÇÃO: Zona Rural

ENDEREÇO: Chapadão de Ferro

TELEFONES: (34) 3836-6000 – Telefone Público

MUNICÍPIO: Patrocínio

ESTADO: Minas Gerais

TIPIFICAÇÃO: Ensino Fundamental – Anos Iniciais–Ciclo de Alfabetização, Ciclo Complementar e Anos finais – Ciclos Intermediário e da Consolidação

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Patrocínio – MG

NÚMERO DA PORTARIA DE CRIAÇÃO E DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO E PUBLICAÇÕES;

LEI Nº 47/48

PORTARIA: nº. 231/80

PORTARIA: 1234/2002 de 19/03/02

PORTARIA: nº. 20/2007 de 02 de Junho de 2007

A proposta pedagógica da escola do campo deve contemplar a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero e etnia, buscando formas de organização e metodologias pertinentes a realidade do campo assim, todos os envolvidos devem ter a oportunidade de planejar um trabalho pedagógico fundamentado no princípio da cidadania e da equidade do ensino.

O Projeto Político Pedagógico da escola é aqui compreendido como um caminhar para o futuro, onde temos a oportunidade de repensar ações, que nos levem a entender melhor as possibilidades de mudanças de melhor organizar nossa prática educativa voltada à participação de todos.

Ao realizar um Projeto Político Pedagógico, todos os participantes têm a oportunidade de diagnosticar os problemas que afetam a escola conhecem melhor a realidade da comunidade onde a escola está inserida, ressignificam seus saberes, traçam metas reais.

O processo de construção e implementação do projeto político-pedagógico, como um instrumento de gestão democrática, para não cair num vazio, não pode prescindir da participação ativa dos atores locais: a comunidade escolar, através de práticas que considerem e se adaptem às especificidades de cada escola e à sua cultura, manifestas nos ritos e práticas dantes mencionados e na consideração da origem dos mesmos. (AZEVEDO p.02)

O Projeto Político Pedagógico, aqui consolidado, e o resultado do trabalho coletivo de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem (direção, professores, equipe pedagógica, pais, alunos, e comunidade local) da Escola Municipal João Batista Romão. Expressa a preocupação e o compromisso dos educadores, em pensar na melhoria de seu trabalho no sentido de ir de encontro às necessidades sociais e históricas, que caracterizam a sociedade na atualidade.

Nesta perspectiva a escola deve ser compreendida como um espaço de formação social, necessário para produção e disseminação do conhecimento, por meio da discussão e reflexão entre a teoria estudada e a prática almejada, possibilitando assim que os envolvidos expressem suas necessidades e anseios, redefinindo o compromisso da comunidade escolar.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), a escola pública tem a tarefa de atender a todos com qualidade, garantindo o domínio do conhecimento científico, interagindo com experiências reais de vida preparando os para viver em sociedade.

Para que isso realmente aconteça precisamos da constante reflexão sobre o trabalho pedagógico da escola aliado a realidade social vivenciada.

Para que a escola cumpra melhor o seu papel, é preciso que seja repensada a forma de sua organização a começar pela gestão das práticas educacionais desse modo, criar sua própria identidade como escola.

Dessa forma, se fez necessário à elaboração e implementação de um Projeto Político Pedagógico, que atenda as reais necessidade da escola na interação da reflexão e de discussão das práticas educativas e políticas publicas de governo as quais possam atender as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional - LDB 9.394/96, a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Resolução 1086, Parecer 007/2010 dentre outras.

Histórico

A Escola Municipal “João Batista Romão” foi fundada em 1946, possui este nome para homenagear um farmacêutico prático, que assistia seus pacientes andando a cavalo e quando o estado de saúde estava muito abalado, o paciente era encaminhado para sua fazenda (hoje denominada fazenda Serradão) onde o mesmo ficava sob os cuidados de sua esposa Dona Joana Carolina Machado Romão.

A escola teve como fundador o Sr. José Romão (Zico Germano) que exercia o cargo de vereador em Patrocínio, sendo o mesmo, neto de João Batista Romão.

Os netos de João Batista Romão que se destacaram na história de Patrocínio foram: Benedito Romão de Melo (Ditinho) e Antônio Fernandes de Melo Junior (Fio Germano).

A Escola Municipal “João Batista Romão” iniciou suas atividades na Fazenda do Sr. Ataíde Anselmo denominada “Fazenda dos Anselmos”. Posteriormente funcionou na capela do povoado de Chapadão de Ferro e atualmente com prédio próprio, situada na localidade de Chapadão de Ferro/Para o ano letivo de 2013, contamos com o total de 149 alunos divididos nas 09 turmas do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

A primeira diretora da escola foi a Senhora Jane Assis Teixeira Gabriel, que com seu esforço e trabalho muito contribuiu para esta escola. Dando continuidade e enriquecendo com seu carisma, tivemos como segunda diretora a senhora Márcia Helena Luiz Rogério, como terceira diretora tivemos a senhora Maria Aparecida Caixeta Vieira que lutou e ampliou os caminhos do saber. Em seguida assumiu a senhora Carmem Heloísa dos Santos que abraçou o trabalho realizado pelas suas antecessoras.

Atualmente a diretora da Escola Municipal “João Batista Romão” é a senhora Kelly Cristina Ferreira Gomes Machado que no ano de 2013 iniciou seu terceiro mandato a frente desta instituição com um histórico de sucesso de seus alunos em diversos concursos promovidos por diferentes entidades.

Diagnóstico

A comunidade de Chapadão de Ferro localiza-se na zona rural de Patrocínio-MG a cerca de 30 quilômetros da cidade, está situada nas proximidades de um vulcão extinto tendo como principal atrativo uma lagoa formada em sua cratera.

É uma comunidade relativamente nova que tem como principal fonte de trabalho e renda a agricultura cafeeira, que uma grande parte da população local sobrevive de empregos temporários nas lavouras de café.

O local não tem uma religião específica, mas conta com uma igreja católica com missas mensais, e com a celebração de cultos evangélicos nas casas dos moradores.

Os alunos da Escola Municipal João Batista Romão são provenientes da comunidade de Chapadão de Ferro, de fazendas ao seu redor e de outras regiões próximas como Taquara e Mata da Bananeira.

Percebe-se grande diferença sócio-econômica entre alunos que residem na comunidade e os que moram nas fazendas, pois os pais deste últimos geralmente são proprietários rurais ou são empregados permanentes, portanto contam com uma renda mensal fixa. Assim grande parte das famílias é assistida pelo programa Bolsa Família.

As famílias atendidas pela escola têm estruturas diversas o que algumas vezes culmina na carência emocional-afetiva de suas crianças e adolescentes, na falta de uma base educacional e na inversão de valores humanos.

Muitos pais não concluíram o ensino fundamental ou não são alfabetizados o que dificulta que os mesmos acompanhem a aprendizagem de seus filhos.

Nossa escola também recebe uma população sazonal durante a época da colheita do café, que geralmente vem da Bahia. Esses alunos em especial apresentam grande dificuldade de prosseguir os estudos devido as constantes mudanças.

Os fatores citados levam a Escola Municipal “João Batista Romão” a ter muitos educandos com dificuldades de aprendizagem, baixo rendimento e grande distorção idade/ano.

A escola sempre está de portas abertas para atender os pais e os responsáveis pelos alunos que a procura, por muitas vezes para discutir dificuldades, muitas das vezes os pais ou responsáveis vêm na Escola um ponto de apoio para as muitas dificuldades aqui encontradas pelos mesmos.

A escola funciona em prédio próprio, sendo que foi toda reformada em ampliada no início de 2010. Conta com um pequeno espaço para as atividades esportivas e cívicas dos alunos, com mastro de espirobol, mastro para hasteamento da bandeira, rede de vôlei, dentre outros. A escola sempre esta limpa e todos trabalham na conservação tanto do prédio como das demais dependências do local.

O processo de ensino aprendizagem na escola acontece com base no diagnóstico realizados pelos docentes no início de cada ano letivo, através das avaliações diagnóstica. Através dos resultados obtidos os docentes elaboram seus planejamento para que sejam capazes de consolidar a cada Ciclo os objetivos de aprendizagem proposto para o mesmo. Assim o erro passa a ser visto como uma tentativa do aprender, que deve ser retomado não para punições mas sim para garantir possibilidades da aquisição da aprendizagem através do qual o educando possa desenvolver suas capacidades, assegura-se desse modo, uma formação comum a todos a qual se faz indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Os resultados das avaliações externas que foram aplicadas na escola durante os anos de 2010, 2011 vêm demonstrando um crescimento em relação às metas de proficiências propostas para a escola. Os resultados da mesma sempre é apresentado e discutido com toda a equipe pedagógica e apresentada aos pais ou responsáveis em reunião.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal “João Batista Romão” tem por finalidade oferecer serviços educacionais buscando atender e consolidar as necessidades da aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos desde os Anos Iniciais aos Anos Finais do Ensino Fundamental.

De acordo com o Parecer 007 (2010), a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação com as questões inerentes a sua realidade e saberes próprios que os estudantes detêm, na coletividade de ações que sinalizam o futuro, na rede do conhecimento científico e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem e busquem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

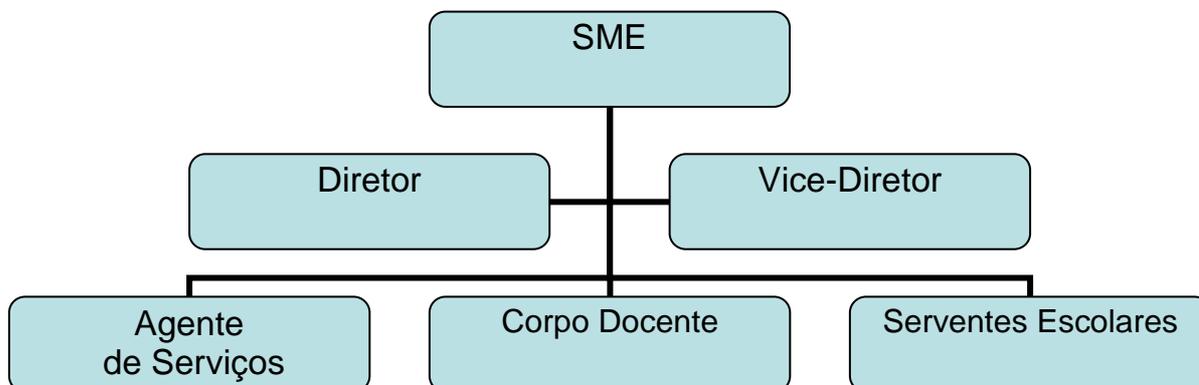
O artigo 28 da LDB,(Lei de Diretrizes e Bases da Educação), prevê a educação para a população rural definida, podendo sofrer adaptações necessárias as peculiaridades da vida rural e de cada região, definindo orientações para três aspectos essenciais a organização da ação pedagógica.

A escola é responsável pela promoção do desenvolvimento do ser humano onde buscamos na construção coletiva de pensamento, uma sociedade onde todos tenham condições de acesso, permanência e o sucesso de seus estudos. Que todos sejam conscientes de seu papel como aluno/cidadão, no sentido de estar constantemente em busca de uma educação equânime a todos.

Buscando assim ampliar as expectativas de oportunidades de trabalho, para que o trabalho no campo seja uma opção e não um destino único e invariável para os alunos que desta escola saírem.

Dentro desse contexto, nossa missão é proporcionar aos educandos uma educação de qualidade, preparando-os para viver na sociedade atual, moderna e digital.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



A Escola Municipal “João Batista Romão” segue as orientações da Secretaria Municipal de Educação e Superintendência Regional de ensino, para desenvolver suas atividades e ações, em consonância com a realidade diagnosticada na comunidade onde a escola está inserida, assim realizamos nosso trabalho com comprometimento, coerência e transparência nas áreas administrativa, pedagógica e financeira.

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A escola está atualmente sob a direção da pedagoga Kelly Cristina Ferreira Gomes Machado, formada em Pedagogia com habilitação em Supervisão Pedagógica, Especializada em Psicopedagogia, efetiva na Secretaria de Educação no Município de Patrocínio como professora P1.

A mesma cumpre a carga horária de 40 horas semanais. A diretora conhece bem as necessidades da comunidade onde a escola está inserida, apresenta um ótimo relacionamento com sua equipe, pais, alunos e comunidade escolar.

Desenvolve sua função com muita democracia e transparência e está sempre em busca de atualizar seus conhecimentos. Durante o ano de 2009 participou do curso de Gestão Escolar, promovido pela SME, perfazendo uma carga horária de 40 horas.

Em 2010 participou do curso “Programa Formação pela escola nos módulos: Competências Básicas e Programa Dinheiro Direto na Escola”, perfazendo uma carga horária de 80 horas.

Em 2012 iniciou mais uma especialização do curso de Gestão Escolar ministrado pela UFMG.

A gestão de pessoas, para a mesma pressupõe a definição de papéis e das atribuições de cada servidor, em busca da harmonia do ambiente escolar e do alcance das metas estabelecidas.

Compete ao Diretor Escolar, em consonância com a Legislação vigente as seguintes funções, cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as decisões, os prazos para desenvolvimento dos trabalhos e as diretrizes das autoridades superiores, transmitir as diretrizes e discutir conjuntamente com seus subordinados a estratégia a ser adotada no desenvolvimento dos trabalhos dentre outros.

O diretor, além das decisões conjuntas, deverá dividir atribuições comuns e responsabilidades, tendo em vista a melhoria do padrão de qualidade da aprendizagem dos alunos e, portanto, da educação como um todo.

O compromisso para o exercício de seu cargo, com as competências e atribuições inerentes ao mesmo, acompanhados da responsabilidade de um líder voltado para a comunidade, seguramente terá uma gestão articuladora que promoverá a qualidade da educação e a cidadania correspondente.

2.1.1 Recursos Humanos

A escola conta com uma equipe de docentes capacitados para cada área de atuação. A equipe pedagógica e administrativa da escola compreende o papel dos docentes como um facilitador da aprendizagem e é ele que detém o poder de coordenação, organização, articulação, problematização e sistematização das relações educativas.

Durante o ano letivo sempre há interação, articulação e trabalho em equipe entre os professores. Os planos de ensino, planejamentos e projetos sempre são planejados em consonância com a legislação vigente e sempre visando atender as principais dificuldades dos alunos.

A carga horária dos docentes para, professores P2-Anos Finais (22 horas semanais) e professores P1-Anos Iniciais e de (30 horas semanais), incluindo as horas de HTPC. (Horário de trabalho pedagógico coletivo)

Todos os docentes da escola possuem Graduação Superior específica a cada área de disciplina ministrada, sendo todos efetivos.

São atribuições dos docentes, acatarem as determinações administrativas relativas às matrículas, classe, horário e turno de atuação. Ser pontual e assíduo. Manter registro de frequência diária das crianças, manter atualizada a escrituração dos diários de classe, zelar pela disciplina no tempo em que permanecer com as crianças em sala de aula e recreios, participar de reuniões administrativo-pedagógicas, planejar, executar e avaliar sistematicamente a ação pedagógica, organizar, executar e divulgar as pesquisas e experiências pedagógicas com os colegas e Diretora, executar o trabalho docente, colaborando na elaboração de instrumentos e sua aplicação, fazendo o estudo e o registro dos resultados. Fazer e executar os planejamentos diários em consonância com o Projeto político-pedagógico no item Plano de trabalho, participar de cursos, oficinas e palestras dentre outros expresso no Regimento Escolar.

Área Administrativa, trabalha na Escola apenas uma Agente de serviços escolares, que tem como responsabilidade todo serviço relacionado a escrituração escolar, a mesma cumpre uma carga horária de 40 horas semanais, possui formação Superior e curso de computação.

Compete a Agente de serviço escolares, em consonância com a Legislação vigente as seguintes funções, formalizar a matrícula após deferimento do Diretor e Secretário Escolar, emitir declarações de transferência e escolaridade e encaminhar para o Diretor e o Secretário escolar assinar, emitir relatórios e gráficos estatísticos referentes aos alunos, solicitado pelo Secretário escolar, disponibilizar aos professores, os diários de classe, no início de cada bimestre letivo, receber ao final do bimestre letivo, os diários de classe devidamente preenchidos, emitir os boletins escolares em 2 (duas) vias e encaminhar para os professores preencher e assinar, e arquivar uma cópia na Pasta do Aluno. Manter organizado o arquivo de documentos da Secretaria Escolar.

Para o ano de 2013, a escola conta com três serventes escolares, sendo todas efetivas, que cumprem uma carga horária de 40 horas por semana. As mesmas apresentam um bom relacionamento com docentes, discentes, pais e comunidade escolar.

Compete aos serventes e ajudantes de serviços gerais: Cuidar da limpeza da parte interna e externa da Instituição de Ensino, auxiliar a Diretora na preparação da lista do material necessário para o gasto com a limpeza, comunicando com antecedência a falta de algum produto, cuidar do recolhimento do lixo todos os dias

e colocá-lo no lugar adequado, participar das reuniões para as quais forem convocadas pela Diretora, fazer a higiene do recinto um ato educativo, motivando os alunos a ajudar a conservar sempre limpo e agradável, bem como conhecer o valor da higiene, higienizar os banheiros antes da chegada dos alunos para evitar pequenos acidentes domésticos, como escorregar, atender a porta, na ausência da Diretora, levar o aluno em casa, quando o mesmo estiver com febre ou dores não identificadas, caso os pais requisitem este serviço, ser educada, respeitosa com os alunos e manter bom relacionamento com colegas, Diretora e pais, levar ao conhecimento da Diretora todos os atos estranhos que por ventura, ocorra no recinto. Ser solícita para ajudar, em qualquer área que se fizer necessária, a pedido da Diretora. Respeitar e cumprir o Regimento Escolar dentre outros.

2.1.2 Espaço físico, arquitetura do prédio equipamentos e mobiliário

O prédio da Escola é bonito, limpo e conservado, desperta carinho, respeito e cuidados por parte de toda a comunidade. A estrutura física da escola é boa. As salas são amplas, com carteiras, cadeiras apropriadas, armário para guardar materiais e quadro verde.

Existem várias dependências sendo elas 01 biblioteca, 05 salas de aula, 01 sala de educadores, (secretaria, sala da direção, coordenação, almoxarifado, cozinha com todos os equipamentos e utensílios necessários).

A escola também conta com rampa de acesso de cadeirantes e banheiro para portadores de necessidades especiais.

O mobiliário da escola foi concebido e adaptado às crianças com necessidades específicas as mesas são novas e adequada a cada faixa etária.

A organização das mesas e cadeiras fica sempre a critérios dos docentes, pois os mesmo podem colocá-las em fileira em círculo ou em dupla dependendo da atividade que for desenvolver e os objetivos que deseja alcançar com a mesma.

Os alunos demonstram prazer em estar na escola ela é tranquila e adequada para o desenvolvimento das atividades intelectuais.

A Escola possui recursos e material didático diversificado, disponível e suficiente para a utilização pelos professores e alunos (desde brinquedos pedagógicos até data show).

2.1.3 Recursos Financeiros

Uma vez por ano a Escola recebe a verba do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), que é destinada a compra de materiais permanentes e de consumo. A escola também conta com recursos extras de eventos tais como: Festa Junina, almoços beneficentes e outros eventos.

A escola conta os membros da caixa escolar que sempre auxiliam a decidir como aplicar a verba recebida, também é levado em conta a opinião de toda equipe sobre quais são as necessidades da escola, os recursos destinados para o Capital, sempre são investidos em materiais didáticos voltados para o Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, visando uma melhoria no ensino aprendizagem.

Os recursos para o custeio são destinados à compra de matérias complementares para o uso dos alunos e dos professores, aquisição de material didático-pedagógico; desenvolvimento de atividades educacionais avaliação de aprendizagem, materiais esses que são sempre solicitados pelos professores.

2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica

É papel do gestor e da equipe pedagógica o acompanhamento contínuo das atividades docentes, apoiando e incentivando a utilização dos diversos materiais disponíveis na escola e acompanhar o desenvolvimento dos alunos, elaborando propostas para os estudos monitorados para auxiliar os alunos que ainda não consolidaram as capacidades propostas para cada ano.

A escola para o ano 2013, ainda não conta em seu quadro de funcionários com uma supervisora. A supervisão pedagógica cumpre as suas atribuições conforme a Legislação pertinente (Resolução 7.150 – SEE/MG.), e deve apresentar uma ótima interação com os docentes, discentes, com as famílias, com a direção e com a SME.

A Supervisão Pedagógica é responsável pela orientação didático - pedagógica do estabelecimento aperfeiçoando, enriquecendo e criando novas técnicas e recursos para obter o maior número de dados e informações sobre a realidade que atua.

O Art.27 do Regimento escolar define as competências do Supervisor Pedagógico com as seguintes funções, garantir o cumprimento dos serviços de

supervisão pedagógica, realizar o acompanhamento do processo de aprendizagem dos educandos, verificando o comportamento emocional, intelectual e sociabilidade dos mesmos, objetivando melhorias e/ou adaptações nas condições de ensino, promover a prestação de serviços de assistência pedagógica ao corpo docente e aos educandos, cumprir e fazer cumprir as disposições legais pertinentes aos atos e orientações dos órgãos superiores do sistema de ensino, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades docente na escola, orientar e acompanhar a elaboração dos currículos escolares, executar estudos e pesquisas visando constante atualização e melhoria da qualidade da educação oferecida pelo município, prestar serviços de assistência ao educando objetivando a minimização de fatores externos que interfiram diretamente no rendimento escolar, coordenar e supervisionar a operacionalização junto às unidades educacionais dos planos e programas já elaborados.

2.2.1 Plano de Intervenção Pedagógica

A equipe gestora e pedagógica se preocupam em manter, à vista de todas as metas estabelecidas para a escola e os resultados dos alunos nas avaliações internas, nas avaliações do PROALFA, PROEB e da Prova Brasil, também mantém, à mão, a lista com os nomes dos alunos que não estão com o desempenho recomendável. Quais são e onde estão esses alunos. Quais as ações que estão sendo desenvolvidas para atendê-los. A escola procura criar situações diferenciadas para atender a esses alunos, verifica mensalmente, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, a existência de alunos que ainda não avançaram na consolidação das capacidades de leitura e de escrita. Constatada a situação, fazer a intervenção pedagógica e resolver o problema de alfabetização destes alunos.

Essas decisões são tomadas pelos professores e equipe gestora, comunidade escolar e com a família dos alunos.

3. CURRÍCULO

O currículo é a construção do saber e o direcionamento do percurso e método, prática e conscientização. O poder que o currículo carrega pode ser usado pelas políticas de governos e políticas públicas, tanto para conscientização através do que será ensinado e discutido quanto para alienação pelas ações que serão silenciadas.

De acordo com Silva (2001), no Brasil, o currículo seguiu a influência americana tecnicista e foi entendido a princípios pelos diretores e professores, como a organização de matérias ou disciplinas e conteúdos a serem estudados.

Currículo e programas do Ensino fundamental da educação básica no Brasil, com a nova proposta de duração de nove anos, envolvendo crianças e adolescentes com idade entre 04 e 17 anos. Este foi reformulado inicialmente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, tomando o lugar do então chamado Ensino de Primeiro Grau.

Para Silva (2001), não há como se pensar em currículo sem se discutir a questão central, atribuída ao currículo: saber qual conhecimento deve ser ensinado ao aluno.

O conhecimento é sempre o resultado de uma relação: de um universo mais amplo de conhecimento e saberes seleciona-se aquela parte que vai construir precisamente, o currículo. A teoria do currículo tendo decidido quais conhecimentos devem ser selecionados buscam justificar por que esses conhecimentos e não “aqueles” que devem ser selecionados. (SILVA, 2001, p 15)

O Ensino Fundamental será organizado em anos e os currículos serão organizados de acordo com o Art. 26 da LDB (Lei de Diretrizes e base da Educação) 9.394/96, em Componentes Curriculares - Base Nacional Comum e Componentes Curriculares - Parte Diversificada, conforme segue:

I - Base nacional comum

- a) Língua portuguesa
- b) Arte
- c) Educação física
- d) História
- e) Geografia
- f) Ciências

- g) Matemática
- h) Ensino religioso

II - Parte Diversificada

- i) Inglês
- j) Xadrez

A parte diversificada do currículo segue a legislação vigente os temas transversais - contidos nos PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais e será utilizada de forma multidisciplinar, nos conteúdos das disciplinas da base nacional comum. O ensino religioso, de caráter obrigatório, entretanto de matrícula facultativa ministrado de acordo com o previsto no Art. 33, Parágrafo segundo, da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) 9394/96.

Da organização em ciclos no ensino fundamental: ciclos da alfabetização e complementar: Resolução 2197/2012, define que considerando que o processo de alfabetização e o zelo com o letramento são a base de sustentação para o prosseguimento de estudos, com sucesso, as Escolas devem organizar suas atividades de modo a assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens e a articulação do Ciclo da Alfabetização com o Ciclo Complementar.

O Ciclo da Alfabetização, a que terão ingresso os alunos com seis anos de idade, terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que, ao final de cada ano, todos os alunos tenham garantido o direito de aprendizagem.

A programação curricular dos Ciclos da Alfabetização e Complementar, tanto no campo da linguagem quanto no da Matemática, deve ser estruturada de forma, gradativamente, ampliar capacidades e conhecimentos, dos mais simples aos mais complexos, contemplando, de maneira articulada e simultânea, a alfabetização e o letramento.

A Escola deve, ao longo de cada ano dos Ciclos da Alfabetização e Complementar, acompanhar, sistematicamente, a aprendizagem dos alunos, utilizando estratégias e recursos diversos para sanar as dificuldades evidenciadas no momento em que ocorrerem e garantirem a progressão continuada dos alunos.

Os Ciclos Intermediário e da Consolidação do Ensino Fundamental, tem como objetivo de consolidar e aprofundar os conhecimentos, competências e habilidades adquiridos nos Ciclos da Alfabetização e Complementar, terão suas atividades pedagógicas organizadas de forma gradativa e crescente em complexidade,

considerando os Conteúdos Básicos Comuns – CBC, de modo a assegurar que, ao final desta etapa, todos os alunos tenham garantido os direitos de aprendizagem.
(Resolução 2197/2012)

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A escola segue as orientações legais para o cumprimento dos dias letivos e conseqüentemente sua carga horária, a saber, o ensino será ministrado em 200 dias letivos com o mínimo de 800 horas. Para os Anos Iniciais e Finais são cumpridos os 200 dias letivos distribuídos na carga horária de 833:20 mais 66:40 de recreio.

A escola funciona em dois turnos sendo, Matutino 6º ao 9º ano e vespertino 1º ao 5º ano, a escola não está incluída no projeto de tempo integral devido à falta de espaço físico da mesma.

Calendário escolar é definido como um instrumento de relevância na organização dos trabalhos escolares, o qual define parâmetros gerais relativos à organização do ano escolar, nos estabelecimentos de ensino. Determina as datas previstas para o início e o término dos períodos letivos e as demais atividades, conforme legislação específica dos órgãos competentes é elaborado por uma equipe da SME e enviado para as escolas depois de homologado pela SRE.

As reuniões pedagógicas são diferenciadas para cada Ciclo, para os Anos Iniciais têm a duração de 4 horas mensais e para os Anos Finais de 2 horas mensais. A participação dos professores é obrigatória, pois além de fazer parte de suas atribuições, proporciona tempo e espaço de reflexão e aprimoramento profissional. O principal objetivo da reunião pedagógica é a formação continuada dos professores, através de estudos e da reflexão sobre a prática pedagógica.

Todos têm o dever de participar e o direito de falar, expressando suas necessidades, dúvidas, certezas, aprendizados e vivências. Têm o direito de serem ouvidos, respeitados em suas opiniões e conhecimentos, recebidas pelo grupo com amabilidade.

Conselho de Classe é um momento utilizado pela Escola para analisar os avanços dos alunos, o desempenho dos professores e da equipe escolar. O Conselho de Classe é realizado com a intenção de aprimorar a prática educativa, através de discussões sobre a disciplina, o comportamento e as dificuldades de cada aluno.

O Conselho de Classe da escola está atento aos seguintes detalhes, postura do professor na construção do ensino-aprendizagem, coerência entre prática e a proposta da escola, aproximação e melhor relacionamento entre professor e aluno,

comportamento do aluno frente à classe, verificação da coerência entre critérios de avaliação adotados pelos professores, verificação quanto à avaliação do trabalho do professor na visão do aluno, levantamento das necessidades dos alunos, para encaminhamento e atendimento diferenciado do professor na recuperação, levantamento de alunos infrequentes e com rendimento insatisfatório, que necessitam de atendimento especial da escola; Conselho de classe é realizado de forma individual para os Anos Iniciais, e coletivos para os Anos Finais.

Em relação ao planejamento dos professores, durante o ano letivo sempre há interação, articulação e trabalho em equipe entre os professores. Os planos de ensino, planejamentos e projetos sempre são planejados em consonância com a legislação vigente e sempre visando atender as principais dificuldades dos alunos.

Os planejamentos acontecem no dias escolares que já são pré-determinado no calendário escolar.

Os planejamentos acontecem no dias escolares que já são pré-determinado no calendário escolar e sob a coordenação e orientação da Diretora e Vice diretora com os professores reunidos por turmas, professores dos Anos Iniciais e dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Consiste no planejamento que vise atender as reais necessidades de cada aluno, deve contemplar as necessidades e os avanços de todos os alunos, e a intervenção pedagógica para isso deve existir coerência entre as capacidades a serem desenvolvidas, bem como os descritores as atividades e conteúdos que devem ser executados em consonância com os Cadernos da SEE/MG elaborados pelo CEALE, os Guias do Professor Alfabetizador e os Conteúdos Básicos Comuns - CBC, dentre outros.

As reuniões com os pais são realizadas de acordo com a necessidade e também na entrega de resultados bimestralmente.

As reuniões estruturam-se a partir dos objetivos definidos em função das necessidades pedagógicas prioritárias das turmas.

As reuniões estão previstas no calendário escolar para facilitar sua organização, preparação e a participação dos professores das turmas, do supervisor pedagógico, e da presença do diretor informando-se e/ou liderando os rumos desejados.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

No âmbito escolar vivenciamos uma grande autonomia no que se refere à tomada de decisões, sendo que autonomia significa a capacidade de cada um e do grupo para a tomada de decisão, sua realização concretiza no âmbito escolar pela participação e na autonomia das escolhas na construção participativa.

A participação em nossa escola significa, portanto, a intervenção dos usuários profissionais da educação, dos alunos e pais na gestão da escola.

A equipe diretiva expõe seus conflitos, discute e trabalha suas divergências, valoriza o diálogo em todos os níveis e em todas as situações de conflito. Os profissionais da escola são coerentes quanto ao que ensinam e o que praticam, são exemplos daquilo que pregam. Os direitos, deveres, limites e normas considerados básicos para regular as relações pessoais e profissionais são definidos de forma democrática e coletiva, o que prevalece na escola, às relações solidárias, o diálogo e a cooperação entre todos da equipe e comunidade escolar.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações interpessoais entre corpo docente e direção da escola demonstram um ótimo nível de satisfação, sendo que, o desenvolvimento organizacional requer mais do que uma boa convivência social. Apesar da importância das relações interpessoais no desenvolvimento das instituições, a equipe gestora leva em consideração outros elementos como as competências pessoais, a formação profissional, os planos de trabalho de cada um. É nessa interação que a teia da convivência, da partilha das experiências e do conhecimento se constrói. É neste processo que a diretora desenvolve seu trabalho.

São pessoas diferentes, mas que, sob o teto da instituição escolar, irmanam-se no objetivo comum: propiciar a aprendizagem a todos os alunos. É neste processo pedagógico que se identifica a escola e todos que aí trabalham. Pois é a equipe gestora que faz convergir essas forças de trabalho em favor do sucesso de todos os alunos.

A Escola conhece e mantém estreito relacionamento com o Conselho Tutelar, trabalha de forma cooperativa e, busca auxílio nele em caso de necessidade. Mantém formas de comunicação e informação abertas, socializando e propiciando transparência de suas ações, principalmente em ações inerentes ao Projeto Jandira.

No que se refere ao envolvimento da escola com a comunidade percebemos uma grande interação, todos da escola conhecem e se preocupam com os problemas da comunidade. A escola percebe os valores desta comunidade e sempre está de portas abertas para receber a todos da comunidade que necessitam de ajuda ou orientação.

Os funcionários da escola destina um tempo semanal para a capacitação em serviço e trabalho coletivo, há na escola, debates e trocas de experiências entre seus profissionais, os quais sempre procuram viabilizar a capacitação de seus profissionais, principalmente a capacitação em serviço, que é sempre valorizada. A escola incentiva seus profissionais a participarem de seminários, cursos e grupos de estudo, existem critérios claramente definidos para a participação em cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento. A avaliação de desempenho e o perfil do profissional desejado pela escola são levados em consideração para o encaminhamento do profissional para cursos de capacitação.

A avaliação de desempenho dos funcionários acontece uma vez por ano sempre no final do ano. A mesma é elaborada e estruturada pelo departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Patrocínio. É executado pela diretora escolar. O profissional avaliado participa da sua avaliação, ele é avaliado quanto a sua competência técnica e acadêmica; capacidade de trabalhar coletivamente; facilidade de relacionamento interpessoal; criatividade; espírito inovador; liderança; solidariedade; respeito aos pares; alunos e pais; cordialidade. Através da avaliação a Escola tem clareza do perfil do profissional de cada servidor.

A avaliação de desempenho realizada na Escola tem sido um instrumento de crescimento do profissional, fornecendo-lhe suporte para corrigir eventuais dificuldades e debilidades, sendo que a avaliação tem servido de parâmetro para que a escola elabore programas ou ações voltadas para a capacitação continuada.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação no ensino fundamental deve ser contínua diagnóstica, baseada em cada capacidade definidas para cada ciclo de escolaridade, de forma e orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos alunos.

De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), deve assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica, utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser atendido durante o ano letivo; prover, obrigatoriamente, intervenções pedagógicas, para garantir a aprendizagem.

Na avaliação da aprendizagem, a Escola deverá utilizar diversos recursos e instrumentos como a observação, entrevistas, o registro descritivo e reflexivo, os portfólios os trabalhos individuais e coletivos, sequência, didática exercícios, provas, testes, e etc.

A análise dos resultados das avaliações interna e os resultados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública - PROEB -, pelo Programa de Avaliação da Alfabetização - PROALFA - são consideradas para elaboração, do Plano de Intervenção.

As avaliações serão bimestrais e as médias serão registrada em notas, arredondando os centésimos e décimos, sendo assim o Ensino Fundamental Anos Finais.

- 1º bimestre terá o valor de 20 pontos
- 2º bimestre terá o valor de 30 pontos
- 3º bimestre terá o valor de 20 pontos
- 4º bimestre terá o valor de 30 pontos.

No 1º e no 3º Bimestre, uma avaliação cumulativa, referente ao conteúdo do Bimestre com valor de 15 (quinze) pontos, que será elaborada pela professora. Trabalhos, desde que a somatória seja igual a 05 (cinco) pontos, perfazendo 20 pontos no Bimestre. Considera-se com média escolar o aluno que obtiver nota mínima igual ou superior a 10 (dez) pontos.

II - No 2º e no 4º Bimestre, uma avaliação cumulativa, referente ao conteúdo do Bimestre com valor de 25 (vinte e cinco)

pontos, que será elaborada pela professora. Trabalhos, desde que a somatória seja igual a 05 (cinco) pontos, perfazendo 30 pontos no Bimestre. Considera-se com média escolar o aluno que obtiver nota mínima igual ou superior a 15 (dez) pontos (Regimento escolar p78)

No Ensino Fundamental dos Anos Iniciais os registros das avaliações, utiliza-se conceito Ciclo da Alfabetização (3) anos: 1º, 2º, 3º e Anos Ciclo Complementar (2) anos: 4º e 5º ano

A – Alcançou suficiente os objetivos de estudo.

B – Alcançou parcialmente os objetivos de estudo.

C – Com um pouco mais de esforço, conseguirá alcançar os objetivos de estudo.

Sistema de Avaliação Critérios

I - avaliação do aproveitamento escolar;

II - apuração de frequência.

Ao término do ano letivo serão somadas notas e as faltas que o aluno obteve por bimestre, será considerado promovido o aluno que obtiver número total de pontos anual igual ou superior a 50 pontos (cinquenta pontos) em todas as disciplinas e frequência anual, igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento).

Progressão Parcial: A Resolução SEE nº 521/04, de 02/02/04, institui o Regime de Progressão Continuada nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Regime de Progressão Parcial nos 4 anos finais do Ensino Fundamental.

Por determinação da Resolução 2197/2012, a progressão parcial, que deverá ocorrer a partir do 6º ano do ensino fundamental, deste para o ensino médio e no ensino médio, poderá beneficiar-se da progressão parcial, em até 3 (três) Componentes Curriculares, o aluno que não tiver consolidado as competências básicas exigidas e que apresentar dificuldades a serem resolvidas no ano subsequente.

Promoção: A verificação do rendimento escolar decorrerá da avaliação do aproveitamento e apuração da assiduidade. Será considerado promovido para o ano subsequente ou concluinte do curso, o aluno que obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média final igual ou superior a 50 pontos. O aluno com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média

INSUFICIENTE ou inferior a 50 pontos poderá ser promovido, se submetido aos procedimentos de estudos orientados previstos no presente documento do Regimento Escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Presenciamos no âmbito escolar uma grande efetivação da autonomia, junto à democratização dos espaços escolares, muito se avançou no que se refere à descentralização das estruturas de decisões e ações, abrindo espaço para participação de toda comunidade educativa, neste novo contexto a comunidade escolar passa a ter um espaço efetivo nas decisões e planejamentos nas instituições escolares, podendo assim contribuir para uma maior objetivação de metas reais as quais possam melhor atender a realidade de cada escola.

A construção do projeto político-pedagógico, envolve a equipe toda como por exemplo a gestora, professores, funcionários, pais e comunidade escolar deve ser entendido por todos, como efetivação da gestão democrática e participativa expressa nos processos de autonomia.

A criação do Projeto Político Pedagógico trouxe para o interior das escolas a possibilidade de democratizar as estruturas do poder escolar, pois permite a todos os envolvidos a organização de ações de interesses locais, estabelecendo um processo de diálogo com a comunidade escolar.

O processo de democratização das ações e decisões deve envolver toda comunidade local e escolar, seus valores, princípios, atitudes, comportamentos, história e cultura. Nesse sentido, a gestão democrática contribui para democratizar as instituições e as práticas sociais.

Vivenciar a gestão escolar na perspectiva da construção de um deve ser fundamento de toda ação educativa e deve ser proposta em síntese do currículo escolar de todas as atividades vivenciadas pela unidade escolar.

Pensar em Projeto Político Pedagógico é pensar na democratização da escola sim, mas no contexto mais amplo na construção da democracia, da participação, da cidadania no âmbito da sociedade civil como um todo, e isso coloca para escola um desafio a mais, que simplesmente, pensar na escola apenas como transmissora de conhecimento e saberes, e sim assumir-se como sujeitos no processo de construção da cidadania, cidadania não somente no exercício de seus direitos, mas na construção de direitos.

Precisamos compreender que pensar na gestão democrática e pensar cotidianamente como se cria práticas democráticas envolve desde os alunos,

professores, comunidade da própria escola, como também estabelecer relações que possibilitem ampliar os canais de discussões do papel da escola que a comunidade pode exercer.

Todas as decisões referentes à Escola Municipal João Batista Romão, seguirão as ordens do Conselho Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Educação e Superintendência Estadual de Ensino e as orientações contidas no Regimento Escolar, portanto qualquer alteração feita no Regimento Escolar implicará mudanças nesse documento.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 01/05/2013 às 14h

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (e atualDiretrizes e Bases da Educação Nacional

_____. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

_____. Parecer 007 de 2010. **que dispões sobre as novas diretrizes para educação**. Disponível em: < http://www.nepiec.com.br/lesgislacao/pceb007_10.pdf >

_____. CONSTITUICAO FEDERAL, 1988.

GANDIN, Danilo. **A Posição do Planejamento Participativo entre as Ferramentas de Intervenção na Realidade**. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.1, p.81-95, jan/jun.2001. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss1articles/gandin.pdf>

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Projeto de Desenvolvimento Profissional de Educadores – PDP 2005. Módulo II. O planejamento do ensino. Orlando Aguiar Jr. Disponível em: <<http://www.gestaodeconcurso.com.br/site/>

_____. PARECER do Conselho Estadual de Educação de Educação nº 1132/97

_____. PARECER do Conselho Estadual de Educação de Educação nº 1158/98

_____. RESOLUÇÃO nº 469/03 – Organização do Ensino Fundamental.

_____. RESOLUÇÃO nº 521/04 – Organização e Funcionamento Escolar.

_____. RESOLUÇÃO SEE Nº 2.197, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Documento Regimento** Escolar das Escolas Municipais de Patrocínio. 2011.

SILVA, T. T. **Documento de identidade**: uma introdução às teorias de currículos. Belo Horizonte, MG, Autêntica, 2001.

Anexo A

Últimos resultados das avaliações externas.

PROVINHA BRASIL		
2010	MÉDIA DA TURMA (de 0 a 24)	
TURMA	TESTE 1	TESTE 2
Única	17,95	19,95
2011	MÉDIA DA TURMA (de 0 a 24)	
TURMA	TESTE 1	TESTE 2
Única	17,95	27,6
2012	MÉDIA DA TURMA (de 0 a 24)	
TURMA	TESTE 1	TESTE 2
Única	13,5	15,7

PROALFA 3º Ano

Ano	Meta	Resultado
2010	524,0	630,0
2011	556,0	584,0
2012	582,0	571,56
2013	603,0	603,0

PROEB 5º ano Língua Portuguesa

Ano	Meta	Resultado
2010	373,7	192,6
2011	430,7	181,3
2012	467,4	Aguardando resultado

PROEB 5º ano Matemática

Ano	Meta	Resultado
2010	372,1	195,0
2011	429,7	200,7
2012	466,8	Aguardando resultado

PROEB 9º ano Língua Portuguesa

Ano	Meta	Resultado
2010	381,4	244,5
2011	435,2	232,1
2012	470,6	Aguardando resultado

PROEB 9º ano Matemática

Ano	Meta	Resultado
2010	430,7	246,5
2011	434,9	236,9
2012	475,2	Aguardando resultado

IDEB: 4,9

Com base nos dados da Prova Brasil de 2009.

(Obs. A escola no ano de 2011 não realizou a Prova Brasil por não ter o mínimo de alunos exigidos para o mesmo.)

Anexo B

Oferta de Cursos, Turmas e Modalidades.

Turmas	Número de Turmas	Turno	Total de Matrículas em 2013
Ciclo da Alfabetização			
1º Ano	01	13h às 17h e 30 min	12
2º Ano	01	13h às 17h e 30 min	14
3º Ano	01	13h às 17h e 30 min	18
Ciclo Complementar	01		
4º Ano	01	13h às 17h e 30 min	10
5º Ano	01	7h às 11h e 30 min	23
Anos Finais do E. F.			
6º Ano	01	7h às 11h e 30 min	29
7º Ano	01	7h às 11h e 30 min	16
8º Ano	01	7h às 11h e 30 min	12
9º Ano	01	7h às 11h e 30 min	11